

PROFESSORES ADVERTEM:

NÃO ACEITARÃO CALOTE!

O PLANO DE CARREIRA É LEI E LEI É PARA SER CUMPRIDA!



Nos dias 30 de setembro e 1º de outubro os professores vão fazer uma greve de advertência de 48 horas. Será uma forma de deixarmos bem claro para o governo que não aceitaremos calote e que reivindicamos a implementação imediata do Plano de Carreira em todos os seus pontos, inclusive em seu artigo 32, que prevê o reajuste, em março de 2009, das nossas tabelas de vencimentos, em um percentual no mínimo igual ao concedido pelo Governo Federal ao Fundo Constitucional do DF, ou seja, 19,98.

É fundamental que todos os professores participem da aula pública, marcada para o dia 30 de setembro, às 11h, na Praça do Povo, no Setor Comercial Sul e da assembléia geral da categoria, marcada para o dia 1º de outubro, às 9h30, no Buritinga.

Professor! Nossa luta começa agora! Devemos mostrar toda a força de nossa mobilização nessa greve de advertência!

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FCFD			
Código/especificação	Empenhado 2007	PLD 2008	PLD 2009
Total	6.054.980.102	6.536.712.831	7.842.908.062

LEI 4.075/07 - PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO DF

Art. 32 - As tabelas de vencimentos previstas nos Anexos II e III desta Lei serão reajustadas nos anos de 2009 e 2010, em índices que correspondam, no mínimo, ao reajuste do Fundo Constitucional.

PARÁGRAFO ÚNICO. O reajuste anual de que trata o caput deverá ocorrer até o dia 1º de março de cada ano.



Campanha

contra

violência nas

escolas desencadeada

pelo Sinpro une

sociedade civil.



Página 6

8º Congresso dos

Trabalhadores em

Educação

vem aí.

Saiba como se

inscrever.

Páginas 8 e 9

Não foi por falta de

aviso: falta de

planejamento

compromete Projeto de

Aceleração e Escola em

Tempo Integral.

Página 5



Mulheres Educadoras

fazem encontro e

aprovam resoluções.

Página 16



Lisarb

Não aceitaremos calote! Lei é para ser cumprida.

Vamos garantir agora
a regulamentação do Plano de Carreira.

A implantação do Plano de Carreira da categoria está completando sete meses e a imensa maioria de seus dispositivos está por ser regulamentada. Na última assembleia informamos na Edição Extra que o governo havia afirmado que publicaria o edital de convocação do concurso de remanejamento (antiga remoção), mas até o momento isso não ocorreu. Da mesma forma a negociação a respeito dos artigos que tratam da progressão na carreira e da incorporação proporcional das gratificações estão todas paradas.

Buscar a isonomia com a carreira médica: essa é a nossa luta

19,98%. Havíamos divulgado um percentual menor no último Folha do Professor, mas na proposta orçamentária enviada pelo governo Lula ao Congresso, 19,98% é o reajuste do Fundo Constitucional do DF, que garante os recursos repassados pelo governo federal para a manutenção da Segurança e assistência à Educação e Saúde Públicas do Distrito Federal no ano de 2009. E o artigo 32 do nosso plano de carreira é bastante claro: as nossas tabelas de vencimento serão reajustadas, nos anos de 2009 e 2010, em percentual que seja, no mínimo, correspondente ao reajuste do referido Fundo. Veja bem: **NO MÍNIMO**, porque o percentual que reivindicamos para caminhar rumo à isonomia com a carreira médica é 25%.

Assim que o aumento foi anunciado, o secretário de Planejamento do governo do DF disse em entrevista que esse reajuste não seria usado para dar aumento aos professores. Por isso, temos que deixar bem claro ao governo: não aceitaremos calote! Além de continuar a luta pela regulamentação de pontos do plano que ainda não foram efetivamente implantados, temos que nos manter em estado de alerta para cobrar o cumprimento da lei.

Por isso, na última assembleia propusemos uma série de atividades de mobilização que culminará em uma greve de 48 horas nos dias 30 de setembro e 1º de outubro. No dia 30, às 11h, realizaremos uma aula pública no Setor Comercial Sul, e no dia 1º, uma Assembleia Geral às 9h30, no Buringa. **Participe!**

Bônus de produtividade: veja o que você pode perder!

O artigo 32 da Lei 4.075/07 (Plano de Carreira) estabelece que nos anos de 2009 e 2010 as tabelas de vencimento dos professores serão corrigidas em índices, no mínimo, iguais aos do fundo constitucional do DF, que são os recursos que o governo federal envia anualmente ao GDF para “manutenção da segurança e assistência à saúde e educação públicas do DF”. Para o ano de 2009 o FCDF foi corrigido em 19,98%.

Isso quer dizer que, aplicado tal percentual, a partir de 1º de março de 2009, um/a professor/a posicionado/a na etapa 6 do plano de carreira terá um reajuste salarial mensal de R\$ 730,22. Se multiplicarmos esse valor por onze (dez meses, mais 13º salário), teremos um total de R\$ 8.032,00 apenas no ano de 2009. Se o/a professor/a estiver posicionado/a no final da carreira, o reajuste poderá ultrapassar a R\$ 15.000,00.

Ao saber que o índice de correção do FCDF seria bem maior do que o que previram, alguns representantes do GDF têm tentado várias artimanhas para não cumprirem com uma lei sancionada pelo próprio governador. A criação de um “14º salário” parece ser mais uma tentativa. Essa proposta é na verdade o pagamento de um bônus de produtividade no valor de R\$ 4.000,00 para professores de 40 horas, observando os seguintes critérios: atingir um sistema de metas definidas pelo próprio governo, não adoecer, não tirar abono ou licenças quaisquer.

Ou seja, trocar um reajuste que pode chegar a R\$ 1.200/mês e que se multipli-

cará pelo resto da carreira por um bônus de 4.000/ano, pago a uma minoria. O Sinpro não é contra o pagamento de um 14º salário, desde que tal benefício seja concedido a toda a categoria e que primeiro seja garantido tudo aquilo que nosso plano de carreira já estabelece.

MAS NÃO É SÓ ISSO!

Em março passado o Sinpro divulgou nota em que alertava à categoria e à sociedade para o perigo que pode representar o sistema de metas e bonificação na educação. Nos estados em que tais experiências foram aplicadas o desastre está comprovado pelo próprio sistema de avaliação do MEC. Isso porque tais sistemas acabam por retirar direitos consagrados aos servidores, obriga os professores a trabalharem doentes, estimula a competição entre colegas e, o que é pior, tentar colocar em nossos ombros a responsabilidade pelo fracasso educacional, quando na verdade somos vítimas.

O Sinpro reafirma o compromisso da categoria com uma educação pública de qualidade. Mas essa qualidade só será atingida com mais investimentos públicos, traduzidos na formação e valorização dos professores, reestruturação física das escolas, combate à evasão e repetência, gestão democrática e participação da sociedade na vida escolar. E não a partir de iniciativas que na verdade apenas acirram a competição e o individualismo já tão presentes em nossa sociedade.

Diretoria Colegiada do Sinpro-DF



EXPEDIENTE

Sinpro-DF: sede: SIG , Quadra 6, lote nº 2260, Brasília-DF
Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207
Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, loja 1. Telefax : 3562-4856 e 3562-2780
Subsede no Gama: SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106. Telefax: 3556-9105
Subsede em Planaltina: Av. Independência, quadra 5, lote 8, Vila Vicentina. Telefax: 3388-5144
Site: www.sinprodf.org.br
e-mail: imprensa@sinprodf.org.br
Secretaria de Imprensa: Rosilene, Sóter e Berenice
Jornalistas: Junia Lara
Fotografia: Valéria Carvalho
Diagramação: Aristides Pires
Impressão: Gráfica Plano Piloto
Tiragem: 30.000 exemplares
 Distribuição gratuita. Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

DIRETORIA COLEGIADA DO SINDICATO DOS PROFESSORES NO DF

Andréia Cristina Souza	Jalma Fernandes de Queiroz
Antonio Ahmad Yusuf Dames	José Antonio Gomes Coelho
Antonio de Lisboa Amâncio Vale	José Luiz do Nascimento Sóter
Berenice Darc Jacinto	Lânia Maria Alves Pinheiro
Carlos Garibel	Marco Aurélio Goomes Rodrigues
Carlos Cirane Nascimento	Maria Augusta Ribeiro
Cássio de Oliveira Campos	Maria Bernardete Diniz da Silva
Cláudia Bullos	Maria José Correia Barreto
Cláudio Antunes Correia	Misael dos Santos Barreto
Cleber Ribeiro Soares	Olavo Junior Costa Medeiros
Denílson Bento da Costa	Rejane Guimarães Pitanga
Dimas da Rocha Santos	Rosemeire do Carmo Rodrigues
Eliceuda Silva França	Rosilene Corrêa
Fernando Ferreira dos Reis	Sebastião Honório dos Reis
Francisco Raimundo Alves	Thaís Romanelli Leite
Frederico Antonio Q. de Oliveira	Valdeci Silvério Marques
Gilza Lucia Camilo Ricardo	Valesca Rodrigues Leão
Ilson Veloso Bernardo	Washington Luis Dourado Gomes
Iracema Bandeira da Silva	Wiviane V. de Aquino Farkas
Isabel Português de S. Felipe	

Confira as tabelas de professores classe A - graduação, com dedicação exclusiva 40h e de professores classe A - graduação, com 20h, aplicando o percentual de 19,98%.
Para conferir as demais tabelas, acesse a página do Sinpro (www.sinprodf.org.br)

TABELA SALARIAL MAGISTÉRIO – REAJUSTE **19,98%**

PROFESSORES CLASSE A - COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - 40 HORAS SEMANAIS

ETAPA	VENCIMENTO BÁSICO	GRC/ GSE 30%	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA 50%	ABONO	TOTAL	ANUÊNIO	VALOR GARANTIDO PELO ART. 32 DA LEI 4075/07	TOTAL ATUAL	DIFERENÇA VALOR
1	2.111,65	633,50	1.055,83	59,87	3.860,84	0,00	3.860,84	3.227,87	632,97
2	2.153,88	646,16	1.076,94	59,87	3.936,86	21,54	3.958,40	3.309,18	649,22
3	2.196,96	659,09	1.098,48	59,87	4.014,40	43,94	4.058,34	3.392,48	665,86
4	2.240,90	672,27	1.120,45	59,87	4.093,49	67,23	4.160,72	3.477,81	682,91
5	2.285,72	685,72	1.142,86	59,87	4.174,16	91,43	4.265,59	3.565,22	700,37
6	2.331,43	699,43	1.165,72	59,87	4.256,45	116,57	4.373,02	3.654,76	718,26
7	2.378,06	713,42	1.189,03	59,87	4.340,38	142,68	4.483,06	3.746,48	736,59
8	2.425,62	727,69	1.212,81	59,87	4.425,99	169,79	4.595,78	3.840,42	755,36
9	2.474,13	742,24	1.237,07	59,87	4.513,31	197,93	4.711,24	3.936,66	774,59
10	2.523,62	757,09	1.261,81	59,87	4.602,38	227,13	4.829,51	4.035,23	794,28
11	2.574,09	772,23	1.287,04	59,87	4.693,23	257,41	4.950,64	4.136,19	814,45
12	2.625,57	787,67	1.312,79	59,87	4.785,90	288,81	5.074,71	4.239,60	835,11
13	2.678,08	803,42	1.339,04	59,87	4.880,42	321,37	5.201,79	4.345,51	856,28
14	2.731,64	819,49	1.365,82	59,87	4.976,83	355,11	5.331,94	4.453,99	877,95
15	2.786,28	835,88	1.393,14	59,87	5.075,17	390,08	5.465,25	4.565,10	900,15
16	2.842,00	852,60	1.421,00	59,87	5.175,48	426,30	5.601,78	4.678,89	922,89
17	2.898,84	869,65	1.449,42	59,87	5.277,79	463,81	5.741,60	4.795,43	946,17
18	2.956,82	887,05	1.478,41	59,87	5.382,15	502,66	5.884,80	4.914,79	970,02
19	3.015,96	904,79	1.507,98	59,87	5.488,59	542,87	6.031,46	5.037,02	994,44
20	3.076,28	922,88	1.538,14	59,87	5.597,17	584,49	6.181,66	5.162,21	1.019,45
21	3.137,80	941,34	1.568,90	59,87	5.707,91	627,56	6.335,47	5.290,40	1.045,07
22	3.200,56	960,17	1.600,28	59,87	5.820,87	672,12	6.492,99	5.421,69	1.071,30
23	3.264,57	979,37	1.632,28	59,87	5.936,09	718,20	6.654,30	5.556,14	1.098,16
24	3.329,86	998,96	1.664,93	59,87	6.053,62	765,87	6.819,48	5.693,82	1.125,67
25	3.396,46	1.018,94	1.698,23	59,87	6.173,49	815,15	6.988,64	5.834,80	1.153,84

TABELA SALARIAL MAGISTÉRIO – REAJUSTE **19,98%**

PROFESSORES CLASSE A - 20 HORAS SEMANAIS

ETAPA	VENCIMENTO BÁSICO	GRC/ GSE 30%	ABONO 59,87	TOTAL PROPOSTO	ANUÊNIO	VALOR GARANTIDO PELO ART. 32 DA LEI 4075/07	TOTAL ATUAL	DIFERENÇA VALOR
1	1.055,83	316,75	59,87	1.432,44	0,00	1.432,44	1.203,87	228,57
2	1.076,94	323,08	59,87	1.459,89	10,77	1.470,66	1.235,73	234,94
3	1.098,48	329,54	59,87	1.487,89	21,97	1.509,86	1.268,40	241,47
4	1.120,45	336,13	59,87	1.516,45	33,61	1.550,07	1.301,91	248,16
5	1.142,86	342,86	59,87	1.545,59	45,71	1.591,30	1.336,27	255,03
6	1.165,72	349,71	59,87	1.575,30	58,29	1.633,59	1.371,52	262,07
7	1.189,03	356,71	59,87	1.605,61	71,34	1.676,95	1.407,66	269,29
8	1.212,81	363,84	59,87	1.636,52	84,90	1.721,42	1.444,73	276,70
9	1.237,07	371,12	59,87	1.668,06	98,97	1.767,02	1.482,73	284,29
10	1.261,81	378,54	59,87	1.700,22	113,56	1.813,78	1.521,71	292,08
11	1.287,04	386,11	59,87	1.733,03	128,70	1.861,73	1.561,67	300,06
12	1.312,79	393,84	59,87	1.766,49	144,41	1.910,90	1.602,65	308,25
13	1.339,04	401,71	59,87	1.800,62	160,68	1.961,31	1.644,66	316,64
14	1.365,82	409,75	59,87	1.835,44	177,56	2.013,00	1.687,74	325,25
15	1.393,14	417,94	59,87	1.870,95	195,04	2.065,99	1.731,91	334,08
16	1.421,00	426,30	59,87	1.907,17	213,15	2.120,32	1.777,20	343,12
17	1.449,42	434,83	59,87	1.944,12	231,91	2.176,03	1.823,63	352,40
18	1.478,41	443,52	59,87	1.981,80	251,33	2.233,13	1.871,22	361,91
19	1.507,98	452,39	59,87	2.020,24	271,44	2.291,68	1.920,02	371,66
20	1.538,14	461,44	59,87	2.059,45	292,25	2.351,70	1.970,04	381,65
21	1.568,90	470,67	59,87	2.099,44	313,78	2.413,22	2.021,32	391,90
22	1.600,28	480,08	59,87	2.140,23	336,06	2.476,29	2.073,89	402,40
23	1.632,28	489,69	59,87	2.181,84	359,10	2.540,94	2.127,77	413,17
24	1.664,93	499,48	59,87	2.224,28	382,93	2.607,21	2.183,01	424,21
25	1.698,23	509,47	59,87	2.267,57	407,57	2.675,14	2.239,62	435,52

Confira as tabelas de professores classe A - graduação, com dedicação exclusiva 40h e professores classe A 20h, aplicando o percentual de 25%.

TABELA SALARIAL MAGISTÉRIO – REAJUSTE 25%
PROFESSORES CLASSE A - COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - 40 HORAS SEMANAIS

ETAPA	VENCIMENTO BÁSICO	GRC/ GSE 30%	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA 50%	ABONO	SUBTOTAL	ANUÊNIO	TOTAL	TOTAL ATUAL	DIFERENÇA VALOR
1	2.200,00	660,00	1.100,00	59,87	4.019,87	0,00	4.019,87	3.227,87	792,00
3	2.288,88	686,66	1.144,44	59,87	4.179,85	45,78	4.225,63	3.392,48	833,15
4	2.334,66	700,40	1.167,33	59,87	4.262,25	70,04	4.332,29	3.477,81	854,48
5	2.381,35	714,41	1.190,68	59,87	4.346,30	95,25	4.441,56	3.565,22	876,34
6	2.428,98	728,69	1.214,49	59,87	4.432,03	121,45	4.553,48	3.654,76	898,72
7	2.477,56	743,27	1.238,78	59,87	4.519,47	148,65	4.668,13	3.746,48	921,65
8	2.527,11	758,13	1.263,55	59,87	4.608,67	176,90	4.785,56	3.840,42	945,14
9	2.577,65	773,30	1.288,83	59,87	4.699,64	206,21	4.905,85	3.936,66	969,20
10	2.629,20	788,76	1.314,60	59,87	4.792,44	236,63	5.029,06	4.035,23	993,84
11	2.681,79	804,54	1.340,89	59,87	4.887,09	268,18	5.155,27	4.136,19	1.019,08
12	2.735,42	820,63	1.367,71	59,87	4.983,63	300,90	5.284,53	4.239,60	1.044,93
13	2.790,13	837,04	1.395,07	59,87	5.082,11	334,82	5.416,92	4.345,51	1.071,41
14	2.845,93	853,78	1.422,97	59,87	5.182,55	369,97	5.552,52	4.453,99	1.098,53
15	2.902,85	870,86	1.451,43	59,87	5.285,01	406,40	5.691,41	4.565,10	1.126,31
16	2.960,91	888,27	1.480,46	59,87	5.389,51	444,14	5.833,65	4.678,89	1.154,76
17	3.020,13	906,04	1.510,06	59,87	5.496,10	483,22	5.979,32	4.795,43	1.183,89
18	3.080,53	924,16	1.540,27	59,87	5.604,83	523,69	6.128,52	4.914,79	1.213,73
19	3.142,14	942,64	1.571,07	59,87	5.715,73	565,59	6.281,31	5.037,02	1.244,29
20	3.204,98	961,50	1.602,49	59,87	5.828,84	608,95	6.437,79	5.162,21	1.275,58
21	3.269,08	980,73	1.634,54	59,87	5.944,22	653,82	6.598,04	5.290,40	1.307,63
22	3.334,47	1.000,34	1.667,23	59,87	6.061,91	700,24	6.762,15	5.421,69	1.340,46
23	3.401,16	1.020,35	1.700,58	59,87	6.181,95	748,25	6.930,20	5.556,14	1.374,07
24	3.469,18	1.040,75	1.734,59	59,87	6.304,39	797,91	7.102,30	5.693,82	1.408,49
25	3.538,56	1.061,57	1.769,28	59,87	6.429,28	849,25	7.278,54	5.834,80	1.443,73

TABELA SALARIAL MAGISTÉRIO – REAJUSTE 25%
PROFESSORES CLASSE A – 20 HORAS SEMANAIS

ETAPA	VENCIMENTO BÁSICO	GRC/ GSE 30%	ABONO 59,87	SUBTOTAL	ANUÊNIO	TOTAL	TOTAL ATUAL	DIFERENÇA VALOR
1	1.100,00	330,00	59,87	1.489,87	0,00	1.489,87	1.203,87	286,00
2	1.122,00	336,60	59,87	1.518,47	11,22	1.529,69	1.235,73	293,96
3	1.144,44	343,33	59,87	1.547,64	22,89	1.570,53	1.268,40	302,13
4	1.167,33	350,20	59,87	1.577,40	35,02	1.612,42	1.301,91	310,51
5	1.190,68	357,20	59,87	1.607,75	47,63	1.655,38	1.336,27	319,10
6	1.214,49	364,35	59,87	1.638,71	60,72	1.699,43	1.371,52	327,91
7	1.238,78	371,63	59,87	1.670,28	74,33	1.744,61	1.407,66	336,95
8	1.263,55	379,07	59,87	1.702,49	88,45	1.790,94	1.444,73	346,21
9	1.288,83	386,65	59,87	1.735,34	103,11	1.838,45	1.482,73	355,72
10	1.314,60	394,38	59,87	1.768,85	118,31	1.887,17	1.521,71	365,46
11	1.340,89	402,27	59,87	1.803,03	134,09	1.937,12	1.561,67	375,45
12	1.367,71	410,31	59,87	1.837,90	150,45	1.988,34	1.602,65	385,69
13	1.395,07	418,52	59,87	1.873,46	167,41	2.040,86	1.644,66	396,20
14	1.422,97	426,89	59,87	1.909,73	184,99	2.094,71	1.687,74	406,97
15	1.451,43	435,43	59,87	1.946,72	203,20	2.149,92	1.731,91	418,01
16	1.480,46	444,14	59,87	1.984,46	222,07	2.206,53	1.777,20	429,33
17	1.510,06	453,02	59,87	2.022,95	241,61	2.264,56	1.823,63	440,94
18	1.540,27	462,08	59,87	2.062,22	261,85	2.324,06	1.871,22	452,84
19	1.571,07	471,32	59,87	2.102,26	282,79	2.385,05	1.920,02	465,04
20	1.602,49	480,75	59,87	2.143,11	304,47	2.447,58	1.970,04	477,54
21	1.634,54	490,36	59,87	2.184,77	326,91	2.511,68	2.021,32	490,36
22	1.667,23	500,17	59,87	2.227,27	350,12	2.577,39	2.073,89	503,50
23	1.700,58	510,17	59,87	2.270,62	374,13	2.644,75	2.127,77	516,98
24	1.734,59	520,38	59,87	2.314,84	398,96	2.713,79	2.183,01	530,78
25	1.769,28	530,78	59,87	2.359,94	424,63	2.784,56	2.239,62	544,94

Projeto de aceleração: a crônica de uma morte anunciada

Não foi por falta de aviso: desde que foi anunciado o chamado projeto de aceleração de aprendizagem o Sinpro alertou para a falta de organização e método, e para o risco de que a emenda ficasse pior do que o soneto. Pois agora isso se comprova, infelizmente: os jovens e adultos matriculados nas escolas públicas estão abandonando as salas de aula, os professores estão desmotivados e o ano letivo irremediavelmente comprometido pela falta de planejamento da Secretaria.

A evasão tem ocorrido porque os alunos estão sendo obrigados a assistirem cinco, seis e até sete tele-aulas por turno. Esse excesso de aulas contraria a metodologia da Fundação Roberto Marinho, que prevê apenas duas tele-aulas por dia. "Quem agüenta trabalhar o dia inteiro, como é a realidade dos alunos adultos, e assistir até sete tele-aulas por dia, sem tempo para fazer os exercícios dos módulos?", questiona uma professora de Planaltina. Segundo ela, os alunos não estão conseguindo aprender e os professores estão desesperados porque não conseguem ensinar.

Na primeira etapa do projeto o material didático chegou atrasado ou incompleto, por isso a necessidade de "correr" com o conteúdo. Na Ceilândia houve aulas até no sábado e no domingo, sem consulta prévia aos pais e aos alunos. Parece que na se-



Desde o início comunidade escolar protestou contra o projeto. Na foto, manifestação em Brazlândia

gunda etapa também não vai ser diferente: apenas após o início do semestre letivo foi iniciado o curso para os próximos módulos. A situação vai se complicar porque agora será a vez das disciplinas de Matemática e Inglês.

Para se ter uma idéia do improvisto que marcou a implantação da proposta, basta lembrar que o primeiro material que chegou às escolas era uma cópia do material usado na rede pública em São Paulo e até o timbre da Secretaria de Educação de lá permaneceu!

Não é à toa que os alunos do período noturno do CEF 07 da Ceilândia, desde o início, protestaram pela implantação do programa de interven-

ção metodológica para correção do fluxo idade/série. Em março, os alunos chamaram a atenção para um fato que consideram grave: a alteração de uma programação pedagógica, sem consulta prévia dos principais atingidos, depois de iniciado o ano letivo. Outro absurdo é que os alunos que optam pela aceleração não podem participar do PAS.

A falta de professores também foi um complicador, principalmente no noturno.

Desmotivação

Os professores que fazem parte do projeto de aceleração até acreditam que, se a metodologia da Fundação

Roberto Marinho fosse aplicada, seria interessante. "Mas a credibilidade da própria fundação está em jogo, porque ela recomenda duas aulas no máximo e tempo para que o aluno resolva os exercícios, mas isso não acontece", lamenta uma professora da Ceilândia.

Infelizmente, como lamentou uma professora de Planaltina, desprezaram a questão pedagógica. "Uma mudança dessa natureza devia ter sido precedida de um grande debate em um ano, com aplicação em outro, e não dessa forma, para dizer o mínimo, irresponsável", afirmou ela.

* os professores que se manifestam nessa reportagem preferiram não se identificar.

Comunidade exige: reconstrução já do CEF 17!

A queda de uma placa de concreto no CEF 17, da expansão do Setor O, na Ceilândia, foi a gota d'água para alunos e professores: eles exigem a construção imediata de uma nova escola e para isso fizeram uma grande manifestação no dia primeiro de setembro. Eles lembraram que o CEF foi construído há 19 anos com a proposta de ser provisório até que se construísse uma escola definitiva. A secretária-adjunta de Educação, Eunice Santos esteve na escola e mais uma vez prometeu que o prédio será construído dentro do prazo de um ano após a licitação, que deverá ocorrer até o final do ano, garantiu ela.

A situação na escola realmente demanda uma solução urgente. As paredes da escola estão cheias de buracos, o teto tem rachaduras, os banheiros estão quebrados, a quadra de esportes está tomada pelo cascalho, os bueiros abertos são ninhos de ratos, a acústica nas salas é péssima, a fiação elétrica está completamente destruída e as crianças levam choque ao tocarem nas portas.

A comunidade escolar continuará mobilizada e vão ficar de olho, para ter a certeza de que a licitação não será atrasada e adiada mais uma vez.

Escola em tempo integral para inglês ver

A implantação da escola integral nas escolas públicas do DF também padece do mesmo mal do projeto de aceleração de aprendizagem: a falta de planejamento e organização. Sem infra-estrutura adequada nas escolas, muitas estão improvisando o atendimento aos alunos, sem refeitórios, sem quadras esportivas, sem espaço para as atividades.

No Plano Piloto o projeto provocou outro problema: com o atendimento na Escola Parque no turno contrário de aula da Escola Classe, ou seja, o aluno que estuda no turno matutino na Escola Classe frequenta a Escola Parque no turno vespertino, os

alunos simplesmente estão deixando de frequentar as escolas-parque.

Alguns pais, em especial os que moram distantes das escolas dos seus filhos, assinaram um termo de responsabilidade para que eles não frequentem as escolas-parque. Ou seja, alunos que bem ou mal tinham atividades extra-classe no mesmo horário da aula, agora não têm nem isso!

Os pais tomaram essa decisão para não expor os seus filhos à vulnerabilidade. No intervalo das 12h às 13h30, as crianças ficam sozinhas, uma vez que as direções das Escolas Classes e Parques não podem se responsabilizar, por não disporem de infra-estrutura, logís-

tica e segurança, evidenciando uma decisão precipitada da Secretaria de Educação por não garantir as condições adequadas o atendimento dos alunos: transporte entre as escolas, alimentação, segurança, direitos estes assegurados na Constituição, no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e na Lei de Diretrizes e Bases -LDB.

A Escola Integral não pode ter como objetivo descontinuar a Escola Parque, que, apesar de todas as dificuldades, sempre ofereceu educação de qualidade, complementando a escola regular.

REMANEJAMENTO E REMOÇÃO:

Regras serão divulgadas brevemente

A pós uma longa discussão sobre a realização do concurso de remanejamento externo e interno, a Secretaria de Educação estará divulgando nos próximos dias as regras para sua realização neste ano. Será publicada uma portaria que normatizará não apenas o concurso, mas o dia-a-dia do professor no que tange às normas de lotação e exercício nas escolas. Ressaltamos que a lei 4.075 (novo plano de carreira) garante em seu artigo 5º, § 3º que o remanejamento se dará anualmente, portanto, esta portaria vem para regulamentar o processo, que a partir de agora, por

força de lei, deverá ocorrer todos os anos.

O Sinpro participou da discussão desta portaria e antecipa alguns pontos que foram acordados:

- As inscrições serão via web (possivelmente, na 1ª quinzena de outubro);
- A escolha da escola será presencial (antigo "pregão");
- O concurso se dará em duas etapas: I etapa, possivelmente, em novembro (externo e interno) e II etapa, possivelmente, em dezembro (externo e interno);
- As vagas serão apresentadas antes da

realização do concurso;

- Mais transparência: cada escola terá que publicar em âmbito local a situação funcional de cada professor (lotação, como chegou na escola - ofício, remanejamento...), facilitando assim a fiscalização do processo;

Tão logo a portaria e o edital sejam publicados, o Sinpro estará divulgando outros detalhes no site www.sinprodf.org.br.

Queremos nossa escola feliz!

QUEM BATE NA ESCOLA MALTRATA MUITA GENTE.

Paz nas Escolas: sociedade se une contra a violência

Cerca de 400 pessoas, entre estudantes, professores, representantes de entidades da sociedade civil e autoridades lotaram o auditório do Ministério Público do Distrito Federal no dia 14 de agosto, para o lançamento da Campanha Contra a Violência nas Escolas, uma iniciativa do Sindicato dos Professores, com a parceria da CUT e do SAE. Marcaram presença dezenas de alunos do antigo Centro de Ensino Fundamental (CEF) Lago Oeste, rebatizado como CEF Professor Carlos Mota, uma homenagem póstuma ao professor que foi assassinado em junho porque combatia o tráfico nos arredores do estabelecimento de ensino.

Fizeram parte da mesa de abertura a viúva do professor Carlos Mota, Rita de Cássia, o promotor do Ministério Público, Rubin Lemos, a diretora do Sinpro Rosilene Corrêa, a presidente da CUT DF e também diretora do Sinpro Rejane Pitanga, o presidente da CNTE, Roberto Leão, o secretário-geral do SAE, Denivaldo Nascimento, o advogado Luis Eduardo, da OAB, a secretária-adjunta de Educação, Eunice Santos, o deputado federal Ricardo Quirino e os deputados distritais Chico Leite (PT), Jaqueline Roriz (PMDB), o governador José Roberto Arruda e seu vice, Paulo Otávio.

Ao falar em nome do Sinpro Rosilene lembrou que uma escola violenta é reflexo de uma sociedade violenta: "A escola não é uma ilha. Mesmo tendo consciência de que o Estado é que tem o poder maior de ação, todos temos que assumir nossa responsabilidade". Ela salientou que o professor, embora também seja vítima, tem um papel especial em mais esta luta. "Precisamos aprender a lidar com os conflitos. Em nossa formação se esquecem de avisar que



Alunos do Lago Oeste, professores, autoridades e sociedade civil, marcaram presença no lançamento da campanha

eles surgirão", lamentou ela.

O representante do Ministério Público, Rubin Lemos, parabenizou o Sinpro pela iniciativa e disse que o MP desenvolve há sete anos um trabalho para implantar nas escolas os chamados Conselhos de Segurança Escolar. "O que constatamos é que nas escolas onde foram implantados, os conselhos conseguiram, muitas vezes sem a 'mão' do Estado, transformar totalmente uma realidade de violência, agressão e desrespeito". Segundo ele, a ONU avaliou

como muito positiva a proposta e idéias semelhantes estão sendo desenvolvidas nos estados da Bahia, Pará e Sergipe.

Para o governador Arruda, que, por conta de outros compromissos, saiu logo após a sua intervenção, o governo tem uma responsabilidade intransferível no combate à violência, mas é importante que toda a sociedade se mobilize. Arruda elogiou a iniciativa do Sinpro e disse que o governo está aberto a sugestões para o debate da

violência nas escolas.

Rejane lamentou a falta de investimentos no ensino do Distrito Federal, em um processo que ela chamou também de violento, o sucateamento das escolas públicas. Roberto Leão, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, concordou que o Estado precisa agir energeticamente de maneira preventiva, e sugeriu que o ensino integral pode ser uma das soluções: "Uma escola de ensino verdadeiramente integral, que seja fruto de um debate sério entre governo e comunidade escolar", ressaltou.



0800 à disposição para denúncias e sugestões

Professores podem propor ações e projetos

Como parte da campanha, foi colocado à disposição um número de telefone para denúncias, dúvidas e sugestões: 0800 6060 505. A intenção é envolver toda a sociedade no debate, pois as causas da violência transcendem os muros das escolas e demandam esforço de todos para serem superadas. Se é verdade que precisamos de mais policiamento para garantir segurança da comunidade escolar, também é verdade que a violência está também nas es-

colas sem a mínima estrutura, em que o aluno não tem a menor motivação para frequentar.

Essa não é uma campanha 'fechada', ela está aberta a sugestões de ações e estratégias para incentivar o debate dentro e fora das escolas. Por isso, professor, se você tem alguma idéia ou sugestão, algum projeto pedagógico que aborde essa complexa situação de violência nas escolas, entre em contato com o Sinpro! Quem sabe sua idéia não poderá fazer parte das ações da campanha?

Escolas da Ceilândia iniciam Momento Cultural

A cidade de Ceilândia, por concentrar o maior número de casos registrados de ocorrências relacionadas à violências e conflitos no ambiente escolar, será a primeira a receber um dos projetos da Campanha. Um dia pela manhã e à tarde os alunos participarão de um Momento Cultural, denominado Superação. Será um intervalo especial onde os alunos mostrarão os seus talentos musicais e artísticos, animados por uma equipe da Transamérica, que fará chamadas ao vivo para a rádio. Serão oferecidas aos alunos oficinas de DJs, locutores e produtores de progra-

mas radiofônicos.

Já estão agendados esses momentos com o CEF 02, CEF 04, CEF 24 e com o Centro Educacional 07. Nosso objetivo é levantar a auto-estima dos estudantes, levando-os a direcionarem sua criatividade para atividades lúdicas e coletivas.

Também lançaremos um concurso para a escolha de um jingle para a campanha, o que é uma oportunidade para os professores trabalharem a questão da violência com os alunos em suas atividades pedagógicas, preparando-os para exercerem sua criatividade.

QUEM BATE NA ESCOLA MALTRATA MUITA GENTE.

Queremos nossa escola feliz!

O currículo da contradição

*Valdir Sodré

No material acadêmico Currículo e Diversidade Cultural (2002), Carlos Mota se despede recorrendo a uma belíssima citação do poema de Fernando Pessoa (In: O Guardador de Rebanhos): “da minha aldeia vejo quando da terra se pode ver no Universo... Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer, porque sou do tamanho do que vejo e não do tamanho da minha altura (...)”.

Nas entrelinhas dessas palavras, Carlos se despedia do leitor ao se apresentar em duas páginas, das cento e quarenta e sete escritas, para utilizar-se do “eu” e não de “nós” e do mundo. Despedia-se, na verdade, do que para ele era o menos importante: falar de si próprio. Tal atitude já nos dá a leitura de discurso, contundente e politicamente correta, de alguém que quis e quer fazer da sua vida um exercício de construção sócio-histórico-cultural, sem personalismo.

A “Alegoria da Caverna”, parábola de Platão, fora seu norte no campo de idéias, que justificariam a necessária teoria do currículo como construtor social. Curriculum, originalmente do latim, designa-se o “curso”, o “caminho”, que, no enfoque educacional, o educando deve percorrer ao longo de sua vida escolar.

Ao transformar seus escritos em oratória, Carlos insistente e frequentemente recorria ao *hai kai* contradição. Sustentava-se no inconformismo real de uma sociedade injusta e oprimida. Assim como Paulo Freire, defendia e buscava uma educação libertadora, dialógica e humanística, capaz de transformar a si mesmo e a sociedade em questão.

Da teoria à prática, sempre buscou ser um intelectual orgânico, que optou firmemente em desmascarar o *status quo* dessa sociedade desumana, sempre



Carlos Mota: vítima da desumanização que combatia

se inter-relacionando diplomática e serenamente nos diferentes grupos sociais em que atuava.

Tal perspectiva, de fato, aponta ao entendimento de que o conflito e a contradição são elementos necessários e fundamentais para um processo de transformação social. Da mesma forma, evidenciam-se tais elementos como sustentadores da instituição escola, em determinada época, em determinada cultura e em determinado lugar.

A ideologia e o poder mancham a democracia (e não a tecnocracia), a pluralidade cultural, a participação e o currículo, revestindo-se de etnocentrismo, interesses políticos e pessoais e monoculturalismo, tão presentes em nossas escolas.

Somos oriente e ocidente, norte e sul, brancos e negros, ricos e pobres, homens e mulheres, velhos e jovens, teóricos e práticos. Somos diferentes

para sermos iguais.

A contradição social é resultado da criatividade humana diante um mundo “civilizado”. A escola é produto histórico-social, que necessita de um “caminho” em favor da qualidade de vida no planeta, conforme preconizara Mota.

O próprio desenvolvimento sustentável, já evidenciado nas idéias pré-socráticas de Anaximandro e Anaxímenes, denota tal contradição, que é concretamente justificada pela indiferença de países “desenvolvidos”, que potencialmente sacrificam o planeta e que determinam uma ordem mundial apocalíptica.

A globalização das economias deveria ser praticada concomitantemente à globalização das misérias, conforme pensa Cristovam Buarque, citado por Mota. “Temos uma dívida com as vítimas da violência urbana fabricada pelo

desenvolvimento, e com os criminosos jogados em cadeias vergonhas, incompatíveis com os direitos humanos no final do século” (séc. XX). Temos muitas outras dívidas...

Eis a contradição da forma mais impiedosa possível... Carlos Mota não se despediu da família, dos amigos e do mundo, ao ser assassinado, aos 45 anos de vida, por um criminoso, que compõe uma enorme parcela de oprimidos, que ele sempre lutou para defender. Carlos não foi somente vítima da violência urbana fabricada pelo desenvolvimento insustentável. Ele deu a sua própria vida, mesmo que inconsciente ou sem intenções, para nos mostrar que todos nós somos vítimas da contradição fabricada por uma lógica desumana de um modelo de sociedade ora insustentável.

Che Guevara afirmara que “aquilo que não nos mata nos torna mais fortes”. Apesar de toda a violência simbólica que nos atinge, enquanto educadores revolucionários, hoje, vislumbram-se novos horizontes, na certeza de que Carlos não morrerá entre nós, de que o que fazemos ainda é muito pouco para a transformação social que queremos e de que no currículo da contradição sempre haverá espaço para a esperança e para os sonhos por dias melhores.

“Enquanto a sociedade feliz não chega, que haja menos fragmentos de futuro em que a alegria é servida como sacramento, para que as crianças aprendam que o mundo pode ser diferente. Que a escola, ela mesma, seja um fragmento de futuro (...)” (Rubem Alves). E o Brilho da Lua agora se torna irradantemente diferente. É um fragmento presente em todas as noites, mesmo sem lua, de uma esperança depositada no futuro, renovado e estampado pelos raios de luz de cada novo amanhecer...

* Professor da SEE

Novo Regimento de Previdência Social do DF garante avanços para servidores

Lei complementar que cria o Instituto de Previdência do Distrito Federal foi sancionada pelo governador. Com isso, se estabelece o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal (RPPS/DF), que fará o fundo de capitalização com a contribuição de 11% do servidor e 22% da contribuição patronal dos órgãos do Poder Executivo. Apesar de ter vetado a inclusão de casais homo afetivos no Regime, o GDF apresentou outro projeto contemplando essa possibilidade. Essa proposta aguarda votação na Câmara Legislativa.

O Regime atenderá a cerca de 147 mil servidores, entre ativos, aposentados e pensionistas. Preocupada com a transparência na utilização dos recursos previdenciários, a CUT/DF participou de toda discussão do PL apresentando um conjunto de emendas, que foram discutidas com o GDF e durante a tramitação na Câmara Legislativa.

A Central também foi proponente

de emendas que foram consensuais e inseridas no novo RPPS/DF. Foi garantida a aposentadoria especial para os professores e especialistas em educação readaptados, que ocuparam cargos de direção de unidade escolar e de coordenação e assessoramento pedagógico; a ampliação da participação dos trabalhadores no Conselho Administrativo, composto agora por sete representantes do governo e sete representantes dos trabalhadores; a inclusão de um representante dos trabalhadores na direção executiva do Fundo e dois representantes no Conselho Fiscal.

O texto também garante que os proventos da aposentadoria por invalidez serão proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, hipótese em que os proventos serão integrais, observado, quanto ao seu cálculo, o disposto no artigo 46 da lei.

Sinpro e Escola Centro-Oeste oferecem Curso de Formação Sindical

No dia 11 de setembro foi realizada a reunião para formar a mais nova turma do curso de formação sindical, oferecido gratuitamente pelo Sinpro em parceria com a Escola Centro-Oeste de Formação Sindical da CUT. Qualquer professor interessado pode participar, com preferência dada aos que já são delegados ou representantes sindicais em suas escolas.

A Escola Centro-Oeste de Formação Sindical da CUT (ECO/CUT) é uma das sete escolas de formação sindical da Central Única dos Trabalhadores, e desde 1992 promove atividades, seminários e cursos de formação para os sindicalizados, em parceria com as CUTs regionais. O curso será ministrado na atual sede da Escola, em Goiânia, em um espaço amplo e arborizado. No total são três módulos de três dias cada, totalizando 72 horas. “Tentamos conciliar a formação com um pouco de lazer”, conta a diretora de Formação Sindical do Sinpro e da coordenação da EcoCut, Bernardete. O curso avançado, por sua vez, é mais longo: cinco módulos presenciais e tarefas intermódulo, somando 260 horas de aula.

Os conteúdos trabalhados nos cursos buscam fazer uma ponte entre a história de luta dos trabalhadores com a experiência prática e teórica con-

quistada nas lutas que resultaram na formação dos primeiros sindicatos, partidos operários e associações de trabalhadores, até as conquistas e bandeiras atuais. Alguns dos temas debatidos incluem análise de conjuntura, saúde do trabalhador, assédio moral, teoria política, noções básicas de economia e vários outros.

Segundo a coordenadora da Escola, Sueli Veiga Melo, o programa tem como objetivo preparar os dirigentes e representantes sindicais para a organização e a ação sindical no local de trabalho. Também é um objetivo despertar a consciência de classe e a percepção da importância da unidade para a luta, buscando articular as dimensões do cotidiano do local de trabalho com as demandas históricas dos professores e de toda a classe trabalhadora.

A parceria entre as duas instituições já formou oito turmas no curso básico e uma turma avançada, totalizando mais de 400 alunos. “Temos certeza que as nossas ações formativas têm mudado os corações e as mentes dos que passam por elas, ao se apropriarem das ferramentas de análise e de construção e reconstrução coletiva de conhecimentos”, garantiu Sueli.



Queremos nossa escola feliz!

Para onde cam

Trabalhadores debaterão conjunturas nacional e local

O Sindicato dos Professores e o Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar realizarão, de 6 a 9 de novembro, o **8º CONGRESSO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO**.

PARA ONDE CAMINHA O BRASIL? É a pergunta-tema que norteará a série de debates sobre a democratização da mídia, a violência nas escolas, a saúde do trabalhador, a sexualidade, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/PNE), a gestão e avaliação escolar, o financiamento, a educação especial e a inclusão e a profissionalização e o uso de novas tecnologias.

A comissão organizadora escolheu esse tema na perspectiva de debater os avanços que têm marcado a sociedade brasileira nos últimos anos e como nós, trabalhadores, podemos nos situar para garantir a consolidação desses avanços e fazer valer a nossa pauta na agenda política, social e econômica do País.



7º CTE, em 2006, reuniu mais de mil



Bernardo Kucinski



Márcio Pochmman



Carlos Abicalil

Confira a programação do Congresso

A programação do Congresso contempla as necessidades e anseios da categoria no que se refere ao debate, tanto político - das conjunturas internacional, nacional e local; quanto o pedagógico dos projetos educacionais, das condições de trabalho dos educadores, professores e auxiliares, das relações estabelecidas pelo GDF com a Educação.

Nomes importantes do pensamento nacional e local já estão confirmados: Márcio Pochmman (presidente do IPEA), Altamiro Borges (jornalista)

Bernardo Kucinski (professor da USP) Helena Freitas (CAPES), Carlos Abicalil (Dep. Federal), Lêda Freitas (Universidade Católica de Brasília) Rosângela Correa (UnB), Olga Freitas (SEE), entre outros. A participação dos/as delegados/as representantes das escolas garantirão a qualidade do debate e enriquecerão nosso conhecimento e experiência.

Teremos nos horários de almoço e à noite programação cultural para alegrar e animar nossa convivência.

Brevemente disponibilizaremos a programação completa e demais regras no endereço eletrônico do Sinpro www.sinprodf.org.br.

ATENÇÃO

Os critérios para participação de nossa categoria são:

1 - Delegados natos: diretores do SINPRO e delegados sindicais das escolas.

2 - Professores/as e orientadores/as aposentados/as: serão garantidas, no mínimo, 50 vagas;

3 - Demais professores e orientadores sindicalizados - A escola com até 30 professores tem direito a indicação de um delegado e um titular e aquelas com mais de 30 professores terão direito a dois delegados titulares e dois suplentes;

4 - Os suplentes terão direito à participação apenas se houver desistência dos titulares;

5 - Os/as delegados/as serão indicados pelas escolas obedecendo critérios que a própria escola definirá;

6 - Os/as delegados/as sindicais que comprovem sua eleição através de ata terão garantida a sua participação automática.

Obs: o AFAST será encaminhado pelo Sinpro após a confirmação dos delegados inscritos.

Inscrições de teses

O prazo para a inscrição de teses terminará no dia 17 de outubro.

As teses e/ou resoluções devem versar sobre os temas do congresso, que são:

- Conjuntura
- Democratização da Mídia
- Violência nas escolas
- Saúde do Trabalhador
- Sexualidade
- Combate ao racismo
- Plano Nacional de Educação e

Plano de Desenvolvimento da Educação (PNDE/PDE).

NOITE DE AUTÓGRAFOS

Na sexta-feira, dia 7 de novembro, haverá a noite de autógrafos. Os professores que quiserem fazer autógrafos em suas instituições, em suas casas ou em locais diversos, devem se inscrever antes do evento. Participe! Se você tem poemas, poesias, por exemplo, inscreva-se para fazer o seu. Compartilhe sua idéia e criatividade.

QUEM BATE NA ESCOLA MALTRATA MUITA GENTE.

Queremos nossa escola feliz!

minha o Brasil?

cal no 8º Congresso dos Trabalhadores em Educação.



educadores

tes ou resoluções:

- Concepção de Educação (gestão, financiamento e avaliação)
- Educação Especial e Inclusão
- Profissionalização e uso de novas tecnologias na Educação
- Plano de Lutas

O professor ou orientador poderá escrever tanto um texto englobando todos os temas quanto pode escolher se manifestar-se apenas em alguns dos temas apresentados. Mas atenção: a tese de cada tema deverá ter um máximo de cinco mil caracteres, já contados os espaços.

OTÓGRAFOS

mbro, realizaremos uma Noite de erem lançar seus livros, teses, publi- até o dia 17 de outubro para participar jetos pedagógicos, idéias ou um livro Venha compartilhar com seu colega

Local do Congresso e regras internas

O acesso ao local do Congresso - dependências da Academia de Tênis - se dará mediante apresentação obrigatória do crachá de identificação que os delegados receberão no momento do credenciamento.

A estrutura do Congresso é paga pelos dois Sindicatos, proporcionalmente ao número de delegados. O transporte público será garantido para os interessados que deverão informar, no ato da inscrição, se vão de condução própria ou em ônibus que sairão das Cidades Satélites e Plano Piloto. Não será cobrada taxa de inscrição.

Os locais de saída dos ônibus das cidades-satélites serão informados posteriormente.

Os funcionários e funcionárias do Sindicato e toda a diretoria estão preparados para as informações e esclarecimentos necessários.

Portanto, em caso de dúvidas, liguem para a Sede ou subsedes, através dos números:

Sede: 3343.4200 (Geral);

Joelma: 3343.4209;

Deni: 3343.4204;

Ana Regina: 3343.4233;

Subsedes: Taguatinga:3562.4856;

Gama: 3556.9105;

Planaltina: 3388.5144.

Por fim, especialmente para as mães com filhos menores de sete anos, informamos que haverá creche e brinquedoteca, com profissionais da área. A informação sobre crianças é obrigatória e será feita na ficha de inscrição. Tudo isto para garantir nossa estrutura para este atendimento e a tranquilidade dos pais e o conforto e a alegria de todos e todas.

Queremos nossa escola feliz!

QUEM BATE NA ESCOLA MALTRATA MUITA GENTE.

Piso salarial em debate

Os professores participaram ativamente do Dia Nacional de Luta pela Implantação do Piso Salarial Nacional do Magistério, comparecendo à panfletagem na Rodoviária e ao plenário da Câmara Legislativa, que realizou no dia 16 de setembro uma Comissão Geral para discutir a implementação da lei.

Lamentando a ausência de representantes do GDF, o deputado Chico Leite (PT) iniciou os trabalhos lembrando que é preciso priorizar a educação pública de qualidade no país e no Distrito Federal. “E isso passa necessariamente pela imediata implementação do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica”, argumentou o parlamentar, que anunciou ter protocolado uma representação junto ao Ministério Público do Trabalho contra abusos e maus tratos sofridos pelos professores do DF na realização da perícia médico-odontológica obrigatória para comprovação da necessidade de afastamento em razão de enfermidade.

O presidente da CNTE, professor Roberto Leão, afirmou que foram necessários 30 anos de luta para a categoria conquistar um piso salarial digno. “Embora ainda não seja o ideal almejado, começamos a pavimentar um caminho para se alcançar a educação pública que queremos, além de fazer justiça a milhares de professores que recebem menos do que um salário mínimo”, enfatizou Leão. O dirigente criticou os governos de alguns estados, capitaneados



Mesa da Audiência Pública que discutiu a contratação temporária

por Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, que, “por opção política e não financeira”, estão se opondo ao piso. “Nessa visão, os professores devem estar sempre em sala de aula, transmitindo conteúdos, sem tempo para refletir sobre sua prática”, contou.

Na época da aprovação do Piso no Congresso, o presidente Lula disse que essa era a semente de um novo país, e que o futuro poderia colher os frutos dos investimentos que estavam sendo feitos ali. No entender do Sinpro, essa lei combate as desigualdades regionais, valoriza a carreira dos professores e promove a qualidade da educação pública.

Em Brasília, onde o piso já é maior que o estipulado pela lei federal, a luta é também pelo cumprimento do Plano de Carreira sancionado pelo governador. Por lei, em 2009 e 2010 os salários dos

professores devem ser reajustados na mesma proporção que o reajuste dos recursos enviados pelo governo federal para Brasília, na forma do Fundo Constitucional do DF.

Alguns representantes do GDF estão procurando maneiras de não cumprir a lei, e uma das estratégias é propor o Bônus de Produtividade, uma gratificação de quatro mil reais a ser paga para professores que cumpram uma série de requisitos definidos pelo governo, como não pegar nenhum tipo de abono ou licença. A deputada Erika Kokay se pronunciou contra a iniciativa: “Crianças não podem ser objeto de uma análise de custo. Não estamos em uma indústria para recebermos gratificações a partir de índices de produtividade”.

Para a coordenadora de Assuntos Educacionais do Sinpro/DF, Valesca

Rodrigues Leão, “o importante é não perder de vista o que é uma educação de qualidade”, o que para o GDF, segundo a dirigente, seria “sinônimo de educação mercantilista, preocupada meramente com estatísticas e não com a formação de cidadãos autônomos, preparados para a vida”. A dirigente criticou o anunciado sistema de bonificação proposto pelo GDF. “Como falar em bonificação dentro da realidade que vivemos nas escolas?”, questionou Valesca, para quem o bônus será oferecido a escolas que não existem no DF: “onde ninguém fica doente, onde se tem estrutura para desenvolver projetos pedagógicos construídos coletivamente, onde os professores são respeitados pela diretoria”.

Rejane Pitanga, presidente da CUT e diretora do Sinpro fez duras críticas à ausência dos deputados distritais na Comissão Geral. “Isso demonstra o desinteresse da maioria dos parlamentares desta casa pela Educação”, indignou-se a dirigente. Ela condenou a terceirização e privatização dos serviços públicos e cobrou a realização de concursos públicos. Referindo-se a Lei do Plano de Carreira dos Professores, aprovado no ano passado, a presidente da CUT conclamou aos professores presentes que se preparem para defender as conquistas que “o GDF se prepara para descumprir”.



Jornada extra-classe:

mais qualidade na educação pública

Apesar de sua importância, a lei está ameaçada pela postura de governadores de estados como o Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais (veja bem, não são os estados do Nordeste e do Norte, mas do Sudeste e do Sul), que ameaçam com ação direta de inconstitucionalidade porque a lei os obrigaria a contratar mais professores, já que além do piso, ela garante um terço da jornada do professor para atividades extra-classes, como planejamento de aula, estudo, pesquisa e acompanhamento da aprendizagem dos alunos.

É claro que terão que contratar mais professores! Alguém acha viável melhorar as condições de trabalho desses profissionais e, portanto, melhorar a qualidade da nossa educação sem inves-

tir mais recursos?

A hora-atividade extra-classe nada mais é do que o momento em que o educador tem para pensar, estudar e preparar um ensino melhor. Além do caráter pedagógico, a hora-atividade diz respeito à saúde do professor, que às vezes amplia a sua jornada de trabalho madrugadora adentro e sem remuneração. Mas pelo visto não é de interesse dessas autoridades terem em sala de aula educadores saudáveis.

Ao tentarem desconstituir a lei do Piso dos Professores esses governantes mostram sua falta de compromisso com o povo brasileiro, em especial com os filhos da classe trabalhadora, que merecem sim, uma educação de qualidade e compromisso!



Lula assina a lei do Piso: conquista histórica da Educação

AGENDA

Sinpro realizará II Encontro de Jovens e Adultos (EJA)

O Sindicato dos Professores no Distrito Federal realizará nos dias 26 e 27 de setembro de 2008 o II Encontro de Jovens e Adultos (EJA).

O DF possui mais de 60 mil pessoas que por diversos motivos não concluíram a escolaridade básica e precisam por isso do atendimento de EJA nas escolas. Essa clientela é formada principalmente por trabalhadores e trabalhadoras em busca de melhoria por meio da educação.

No DF, as escolas que possuem este tipo de atendimento estão sendo esvaziadas, com turmas sendo fechadas. Por que isso está acontecendo se ainda temos um número expressivo de alunos necessitando concluir seus estudos?

“Para onde vai a EJA”? Essa é a pergunta que nos faremos durante esse debate. Todos aqueles que entendem que a educação básica, seja de crianças, jovens ou adultos é uma responsabilidade do Estado e que estão preocupados com a situação da EJA no DF estão convidados a participar. As inscrições podem ser feitas na página do Sinpro ou nas sedes e sub-sedes.

Entidade oferece curso profissionalizante

A Associação Brasileira de Combate à Aids, Grupo Arco-Iris-DF, oferece vagas em cursos profissionalizantes promovidos pelo Senac e Senai para pessoas que vivem com HIV e Aids, e familiares, visando sua inserção no mercado de trabalho, além de atendimento psicológico, social e ajudas de custo para transporte e alimentação. Mais informações pelo telefone 33619511- 33619665 - falar com Sabino.

Encontro de Contadores de Histórias

A Associação Brasileira de Contadores de Histórias realizará nos dias 4 e 11 de novembro o 1º Encontro de Contadores de Histórias do DF- Conquistas e Reconhecimento. As inscrições podem ser feitas no auditório da sede da ABCH, na CNA 02 Lote 11, Taguatinga (Praça do DI), no horário de 8h30 às 17h, de segunda a sexta. As vagas são limitadas e sócios pagam R\$ 10 e não sócio R\$ 35.

Mais informações pelo site: www.abch.com.br

QUEM BATE NA ESCOLA MALTRATA MUITA GENTE.

Queremos nossa escola feliz!

Plano de saúde: excesso de gerúndio?

Passados mais de dois anos de sua aprovação, a definitiva implantação do Plano de Saúde dos Servidores Públicos do Distrito Federal padece do mal do gerundismo: a única explicação diretor do Inas, Odilon Aires, que agora acumula interinamente o cargo de gestor do GDF Saúde, é que “estão trabalhando” para concluir o “levantamento de dados”. O Instituto de Assistência à Saúde (Inas) já recebeu dotações orçamentárias de R\$ 186 milhões, mas até hoje o plano não saiu do papel. Insistem em dizer que o plano está entre as prioridades do governo, mas questionamos: que prioridade é essa, que pode esperar dois anos?

Enquanto isso, os professores e demais servidores vêem suas expectativas frustradas de ter uma assistência à saúde com qualidade. Logo nos primeiros dias de governo, em janeiro de 2007, o governador José Roberto Arruda baixou o decreto 27.624/07, reestruturando o Inas e dando um prazo de 90 dias para o órgão concluir estudos, apresentar diagnósticos e propor ações em direção à implantação do plano de saúde. Os estudos não foram concluídos, e em abril, perto da conclusão do prazo, outro decreto, o 27.870/07, foi assinado pelo governador, prorrogando o prazo em mais 180 dias.

Em outubro do ano passado, novamente perto do vencimento do prazo, outro decreto, o 28.340/07,



Em Audiência Pública, sindicatos criticaram demora para implantar GDF Saúde

foi baixado pelo governador Arruda. Dessa vez, o prazo se estende até o final de 2008. O que não entendemos é qual a necessidade de tantos estudos, já que no governo anterior a proposta foi exaustivamente debatida e o texto final foi consensuado entre os representantes dos servidores e do GDF.

No entendimento do Sinpro, não há justificativa para tanto atraso. Desconfiamos que isso está acontecendo porque o governo Arruda quer mudar os moldes do programa. O projeto original previa que o GDF-Saúde seguiria os padrões da auto-gestão, modelo já existente em pro-

gramas semelhantes no serviço público federal e em estados como Goiás. Defendemos essa forma de gestão por ser a mais democrática e transparente.

Não podemos mais aceitar tanta protelação! Acreditamos que o governo deveria indicar um técnico capaz para gerir o Plano e fazer com que o GDF-Saúde saia do papel.

Continuaremos organizados para lutar contra essa enrolação. Os sindicatos que discutiram o Plano estão buscando negociar alternativas para garantir a implementação do Plano, de acordo com os anseios dos servidores.

Quando carros valem mais do que vidas humanas

Em decisão unilateral, a direção do Posto de Saúde nº 4 do Gama decidiu ocupar parte de um espaço que era usado pelo projeto Ginástica nas Quadras como estacionamento. O diretor do Sinpro, professor José Antônio, que atendia a uma turma de 50 alunos da terceira idade naquela área, foi informado que os funcionários do posto fizeram uma reunião e decidiram ocupar parte do local e que a ginástica deveria ser feita apenas em uma parte do estacionamento. Vale ressaltar que a turma ocupava o local apenas no horário de 7 às 8 horas da manhã às segundas, quartas e sextas-feiras.

No dia trinta, quando o professor chegou, constatou que o espaço reservado não seria suficiente para atender à turma. Após uma breve conversa com os alunos, o professor decidiu realizar as atividades na quadra de esportes pública, ao lado do posto, mas como ela não tem cercas, a movimentação dos alunos da escola ao lado atrapalha a atividade.

Quando estavam em plena aula, a administradora do posto os interrompeu e informou o que foi decidido no dia anterior, segundo ela em uma “reunião democrática”, que contou com a participação dos funcionários e direção do posto. O professor José Antônio contra-argumentou: “Como se pode falar que houve democracia quando as pessoas afetadas com a decisão, no caso os alunos, não foram ouvidos?” E questionou: “Que democracia é esta que vidas humanas são preteridas em função de 12 a 15 carros? Seria esta a importância que tais funcionários dão a pacientes idosos, hipertensos, diabéticos, cuja atividade física beneficia claramente a sua saúde e evita, inclusive que eles sejam pacientes do posto? Que democracia é esta que a pessoa vale o quanto possui de patrimônio?”

No entendimento dele, não pode ser democrática uma decisão que só deu valor aos interesses de um dos lados. Que democracia é esta que só dá valor as questões corporativas? Cadê os valores humanistas de profissionais da saúde? Como admitir tamanho desrespeito com uma comunidade que lutou tanto em defesa de um posto de saúde, e que após a bela vitória os funcionários esquecem dos parceiros de momentos difíceis? Na democracia que queremos construir, vidas humanas jamais serão preteridas em função de qualquer patrimônio.

*Turma do Projeto Ginástica
Nas Quadras do Posto de Saúde 04*

Uma questão de justiça

A primeira pergunta que gostaríamos de ver respondida é: afinal qual é a amplitude do termo regência de classe? Somente a partir desta resposta é que nosso trabalho poderia ser entendido e valorizado.

Caros colegas de profissão, somos um grupo de professores de História e Geografia que trabalha no Convênio existente entre a SEE-DF e Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal - IHG-DF, e a razão de elaborarmos este artigo é para dirigirmo-nos a todos os colegas e, especialmente, aos que já tiveram contato com o nosso trabalho, seja quando trouxeram alunos para aulas no museu, ou por freqüentar nosso curso para professores do projeto “Distrito Federal: Seu Povo, Sua História”.

Nos últimos anos executamos e aprimoramos projetos pedagógicos que revertem em benefícios prioritariamente aos alunos e professores da SEE-DF. O trabalho tem boa aceitação e perspectivas futuras, uma vez que o ensino da história e geografia da nossa região é ainda incipiente até nos meios acadêmicos.

Por nossa vontade e compreensão da direção do IHGDF, não estamos ligados a tarefas burocrático-administrativas, e sim a desenvolver atividades pedagógicas, o que nos coloca em contato direto com alunos e professores da SEE-DF. O museu do IHG-DF funciona como uma

sala de aula diferenciada por possuir um rico acervo museológico, que de forma atraente e dinâmica conta a história do processo de implantação da capital no Planalto Central do país.

Para os alunos, o projeto se desenvolve a partir da divulgação semestral da visita ao museu, através de ofício/convite a todas as escolas da rede. Buscamos atender a procura de um grande número de escolas, agendando via contato telefônico. No dia da visita, recebemos os alunos para uma aula dividida em três momentos, que dura cerca de 2h30, com recursos audiovisuais, momento lúdico (música e jogos) e como já dissemos do acervo museológico que conta, entre outras peças únicas, com um Baú trazido em 1892 pela Missão Cruls que veio demarcar a área do novo Distrito Federal no Planalto Central.

Aos professores, que tanto necessitam de apoio sobre a História e Geografia do DF, há treze anos vem sendo ministrado, em parceria com a EAPE, um curso de 180 horas, além de oficinas com temáticas variadas. Para cada encontro deste curso preparamos momentos cujo objetivo é dividir com nossos colegas professores a riqueza da história deste lugar em que vivemos e que, pela natureza do nosso trabalho, temos oportunidade de estudar melhor. Não ficamos restritos ao espaço do museu, vamos à Instituições e locais históricos: Pedra Fundamental em Planaltina, conhecemos por dentro o

Arquivo Público do DF e navegamos pelo Lago Paranoá. Enfim, desenvolvemos um programa bem estruturado e sujeito a novidades.

Há muito que o discurso político aponta para a necessidade do apoio a projetos que viabilizem a educação além dos muros das escolas. O trabalho que realizamos se insere neste contexto e, neste momento, pede apoio para continuar e crescer. No entanto, estamos tristes, pois por incompreensão da SEE-DF estamos deixando de receber benefícios que consideramos justos pelo trabalho que realizamos, o principal deles a gratificação de regência de classe (GRC). Somos integrantes da Carreira do Magistério e gostaríamos de vermos respeitados nossos direitos conseguidos com sacrifícios.

Apesar de todos estes desestímulos, não interrompemos nossas atividades em andamento neste ano letivo para não prejudicar nossos alunos, das escolas já agendadas e nossos colegas que fazem nosso curso de 180 hs.

Abandonar o barco às vezes não é a decisão mais difícil e sim desistir de um trabalho de tantos anos sabendo-o tão necessário. Se ainda permanecemos na luta, é por acreditar que não pode ficar para depois conhecer a beleza da nossa história, e valorizar a memória de um povo capaz de construir coisas grandiosas como foi o caso da nova capital do Brasil.

Grupo de professores que atuam no IHG-DF

Queremos nossa escola feliz!

QUEM BATE NA ESCOLA MALTRATA MUITA GENTE.

Uma guerra que começou há muito tempo

BARCELONA (ALAI-AMLATINA) - Quem se interessa por história, descobrirá que a da Bolívia é uma história de massacres de indígenas, camponeses e trabalhadores desde os tempos coloniais até hoje. A República sustentou-se sobre a exploração da força de trabalho indígena e dos recursos naturais. A exploração consolidou uma estrutura social e institucional vinculada à produção e à exportação de matérias primas, consolidando no longo prazo uma condição de dependência que a converteu num dos países mais pobres do hemisfério ocidental. Com uma organização social extremamente estratificada e um horizonte estatal frágil, sua história é marcada por exclusão e massacres. Os povos originários nunca deixaram de manifestar seus anseios de liberdade, como provam as inúmeras sublevações, tanto as que culminaram com a grande rebelião de 1780, como as contra os fazendeiros, durante a República.

Com o tempo, consolidou-se na estrutura mental dos povos indígenas e dos movimentos populares, tanto das terras altas como das terras baixas, uma cultura política insurrecional e de resistência anticolonial que foi e é uma guerra longa e intermitente contra os invasores e seus descendentes, que cruza de forma transversal toda a história boliviana. Agora, esses movimentos populares e indígenas, liderados pelo presidente Evo Morales, converteram-se em uma real opção de poder político e construção de uma nova hegemonia política. Essa é a dimensão deste novo paradigma.

O conservadorismo da oligarquia



As elites
bolivianas
se recusam a
aceitar
um índio
no poder

boliviana, idêntica a de qualquer outra região, viu-se obrigada a aceitar ser governada por um “índio” que, segundo seus cálculos, cairia por si próprio e por sua condição de “índio”. Mas quando se questiona a estrutura da propriedade da terra, estão dispostos a tudo para não abandonar o cenário da história.

A sedição aberta da direita responde a uma estratégia planejada e coordenada de violência, bloqueios de estradas, ocupações de entidades estatais, controle e saque de instituições públicas, plano de fustigamento e ameaças, ocupação de quartéis, fechamento de válvu-

las de gás, desabastecimento de produtos básicos, desestabilização econômica, criação de um clima de insegurança e desgoverno. Um pano golpista que coincide, quase como uma cópia, com o que ocorreu no Chile durante o governo de Salvador Allende. Os movimentos sociais tomaram a iniciativa de conter a escalada golpista com a mobilização de suas bases, cuja decisão é frear a direita com a autoridade moral que lhes dá o sangue derramado, sua capacidade combativa e o horizonte de um modelo de país diferente.

Foram eles que carregaram sobre

seus ombros os vexames e a marginalização a que os submetem a colônia e o estado republicano oligárquico. O governo popular tem a obrigação de fazer respeitar o Estado de Direito em todo o país e levar para a Justiça os criminosos, sediciosos e paramilitares fascistas que executaram um novo massacre. O que eles pensaram que seria um elemento que incendiaria os sentimentos regionalistas autonomistas da direita fascista, acabou gerando uma reação contrária. O crime e a barbárie desta ação expôs essa direita.

Na história dos massacres, os militares sempre foram os atores inconfundíveis da repressão e da morte. Em todos os casos, atuaram como sicários a serviço das oligarquias. Exceto no último massacre campesino de Pando. Isso não é sinal de nada, só que devem cumprir a lei que lhes assinala a responsabilidade de serem “garantidores da unidade da pátria” e de obedecerem ao seu comandante geral, o presidente Evo Morales.

A violência provocada pelas oligarquias deve enfrentar as conseqüências da resposta popular. A guerra civil que muitos temem, na verdade, já começou há muito tempo, só que agora adquire uma dinâmica diferente, uma liderança distinta. O presidente Evo Morales assume com uma fortaleza grave a liderança desta nova etapa. Definindo que sua posição está ao lado do povo que hoje decide assumir o desafio que lhe impõe a história.

* **Ramiro Lizondo Diaz**, *Economista boliviano, professor da Universidade Autônoma de Barcelona.*

Por dentro da Rodada de Doha

Em 2001, a Organização Mundial do Comércio iniciou um grande debate entre países para tentar diminuir as barreiras ao comércio - subsídios, taxas de importação e tarifas - com o objetivo de aumentar o volume das transações comerciais ao redor do mundo. Essa negociação ficou conhecida como a Rodada de Doha. Os defensores da Rodada, principalmente os países industrializados, estimam que, se bem-sucedida, a rodada de Doha pode representar entre 84 a 874 bilhões de dólares a mais na economia. Porém, na rodada de negociações mais recente, em julho, não foi possível chegar a um acordo. A mídia brasileira divulgou a interrupção das discussões como um fracasso do governo e da nossa diplomacia.

Agora, enquanto os governos se preparam para retomar a Rodada em 2009, o Partido dos Trabalhadores organiza, na primeira terça-feira de cada mês, reuniões para discutir a estratégia do partido para o comércio internacional. Na reunião de setem-

bro, foram convidados Antônio de Lisboa Vale, diretor do Sinpro que teve a oportunidade de participar das reuniões de Doha como representante da Central Única dos Trabalhadores e Adhemar Mineiro, da Rede Brasileira pela Integração dos Povos, entre diversos outros participantes, entre diplomatas, estudantes, economistas e militantes do partido, com o objetivo de esclarecer os reais impedimentos a um acordo na OMC.

Para Adhemar, um dos maiores desafios está nas regras da própria OMC, já que um acordo só pode ser atingido por consenso e se todos os temas - agricultura, indústria, serviços - forem fechados ao mesmo tempo. “Com essas regras, só se chega a um acordo com a presença do Espírito Santo”, brincou. A instabilidade de alguns países também prejudicou as discussões. A Argentina, por exemplo, estava fragilizada politicamente e não podia resistir às pressões do seu setor industrial, deixando uma margem de manobra muito pequena para negociar. Mesmo assim, o Brasil conseguiu avanços importantes dentro da OMC, como por exemplo a

quebra das patentes para remédios contra a AIDS, conquistada em 2001.

O Brasil é um membro de peso dentro da organização. Ele lidera, ao lado da Índia, o bloco das potências médias, o G-20. Também lideramos o Grupo de Kerns, representando os países com forte presença da agricultura na economia. Mas mesmo com esse peso, não fomos capazes de chegar a um meio-termo com outros países, em particular na questão das regras de importação para a agricultura. Para Adhemar e vários dos outros participantes da reunião, isso se deve ao fato de não conseguirmos chegar a um meio-termo nem internamente. Entre as pressões dos movimentos sociais e do agronegócio, o governo optou por defender os interesses do segundo, alinhando-se assim mais com Estados Unidos e União Européia do que com os países em desenvolvimento que ele deveria representar.

Verdade seja dita, a participação brasileira na Rodada foi bem democrática. ONGs, sindicatos e outros setores da sociedade civil enviaram representantes para discutir qual seria a estratégia adotada. Mas mesmo den-

tro desse grupo era difícil chegar a um acordo, especialmente entre o setor industrial e o agrícola. Assim o Brasil, que geralmente exerce um papel conciliador nas negociações, estava preso por suas próprias contradições. O G-20, uma força poderosa nos acordos, optou por só se pronunciar nos assuntos em que havia consenso entre seus membros - ou seja, quase nada - resignando-se a um papel secundário nas negociações.

Para Antônio de Lisboa Vale, quem mais perde nessa confusão são os países mais pobres, que tinham muito a ganhar com um acesso mais igualitário aos grandes mercados. Por isso, mais importante do que investir em acordos comerciais via OMC, o Brasil terá que intensificar as relações do Mercosul, da Unasul e com os países do G 20. Para evitar que o mesmo aconteça em outras negociações, é preciso definir uma agenda clara de onde queremos chegar, disse Adhemar, e resolver a desconexão entre as estratégias de integração regional como o Mercosul e a postura individualista que o Brasil assumiu na OMC.

**QUEM BATE NA ESCOLA
MALTRATA MUITA GENTE.**

Queremos nossa escola feliz!

Cerco fechado aos professores doentes

Em maio desse ano o GDF baixou um decreto que alterava as regras para licenças médicas. O decreto exigia, entre outras mudanças, que todo atestado médico, mesmo que de um dia, seja encaminhado à perícia. Antes, atestados de até três dias dispensavam o protocolo. O resultado era previsível: só na Gerência de Perícia Médica do Plano Piloto, o número de atendimentos aumentou cerca de 50%, uma média de 300 pacientes por dia em um pequeno prédio cuja recepção tem cadeiras para 20 pessoas.

A superlotação é grave. Pessoas doentes aguardam horas no sol, sentadas do lado de fora em uma mureta sem apoio para as costas. Os que são atendidos nem sempre têm sorte melhor, já que a desconfiança é a regra. Uma professora contou que, ao mostrar atestado de que precisava acompanhar o marido em uma sessão de quimioterapia, teve que ouvir do médico a sugestão de que procurasse uma outra pessoa para levá-lo.

Essa dureza no tratamento dos professores é a resposta do governo para um problema antigo: o imenso número de professores doentes no Distrito Federal. Uma pesquisa de 1996, publicada no Correio Braziliense, revelava que 44% dos professores da cidade apresentavam sintomas de alguma doença relacionada ao trabalho.

Na época, o Ministério Público foi chamado a investigar o alto número de atestados, desconfiando de fraude. Entretanto, nenhuma irregularidade foi detectada pela então Promotora de Justiça de Defesa da Educação, Márcia da Rocha Cruz.

Ainda assim, o governo Arruda decidiu apostar na desconfiança ao invés de investigar as causas das doenças. Dados da própria Diretoria de Perícia Médico-Odontológica apontam que 80% dos casos são distúrbios mentais, boa parte ligados ao trabalho, incluindo insatisfação, es-



Superlotação na GPMO! Até quando?

trese, desmotivação e depressão. Problemas nas cordas vocais e Lesões por Esforço Repetitivo também são comuns.

O subsecretário do Desenvolvimento do Sistema de Ensino do DF, Atilio Mazzoleni, não vê nada de errado na situação. "O número de atestados é muito grande, temos que limitar os casos ao que determina o protocolo", declarou. "Não estamos dizendo que os professores são picaretas, mas temos que fechar o cerco".

O cerco está fechado mesmo. Os médicos particulares ficam perplexos ao ver que seu julgamento profissional está sendo questionado pela perícia. E mesmo quando os atestados são aceitos, os peritos ameaçam os professores com readaptação ou aposentadoria caso eles tirem licenças longas ou freqüentes. Ou seja, o governo ameaça punir aqueles que ficarem doentes.

O Sinpro, representado por Maria

José Muniz, da Diretoria de Saúde, está denunciando a situação calamitosa dos professores, reunindo depoimentos e assinaturas em um dossiê que será enviado para as comissões de direitos humanos da Câmara Legislativa e da Ordem dos Advogados do Brasil, além da Organização Internacional do Trabalho. O plantão jurídico da Secretaria de Saúde do sindicato também está preparado para tomar as ações legais adequadas para cada caso. Se você, professor, foi vítima de descaso ou desrespeito devido a licença médica, contate o Sinpro e denuncie. O Sinpro disponibilizará na página, nas escolas e nas sedes e sub-sedes do Sinpro um formulário para que os professores possam apresentar sua denúncia, que será encaminhada ao Conselho Regional de Medicina e que fundamentará representação criminal caso o fato relatado pelo professor se constitua crime e ofensa ética disciplinar.

Pesquisa subsidiará ações

A coleta de informações da pesquisa sobre a saúde do professor, realizada em parceria com UnB, foi concluída no final de agosto. Seus resultados serão divulgados no início de novembro, durante o Congresso dos Trabalhadores em Educação. "As análises ainda estão sendo feitas, mas ficou claro que não existe uma política de enfrentamento dos problemas de saúde. O governo prefere combater os atestados", acusa a diretora do Sinpro, Maria

José Muniz. "Além disso, sofremos com salas de aula lotadas e agravamento dos casos de violência." Pelo relato dos entrevistados no levantamento sobre a saúde dos professores, a realidade dos docentes está longe de ser ideal. Muitos se queixam de condições de trabalho inadequadas e frustração com a carreira profissional.

Dos quase 1.500 professores que responderam o questionário, apenas 8% consideram que foram acolhidos

de maneira adequada e eficiente. A maioria dos que responderam à pesquisa denunciou descrença do perito na doença apresentada e tratamento constrangedor.

Os professores enumeram uma lista de problemas de saúde, que vão de varizes a síndrome do pânico. Dos quase 1.500 que responderam ao questionário da UnB, 870 disseram já ter sofrido problemas psicológicos, sendo que o mais comum é a depressão.

Médico se indigna com perícia do GPMO

Transcrevemos abaixo uma carta enviada pelo doutor Mário Franco, um médico indignado com a intransigência da perícia médica da Secretaria de Educação. Ele alerta que é uma flagrante ilegalidade a exigência de identificação da CID no atestado e questiona: funcionários e médicos da Secretaria de Educação não estão acima da Constituição!

A visão desse profissional corrobora nossa preocupação de que as exigências da GPMO são um desrespeito aos professores e funcionários de escola, mas também aos médicos deles, que são postos sob suspeita, numa atitude até anti-ética.

Senhores diretores,

Primeiramente, assim como o senador Cristovam Buarque, acredito que a saída para o Brasil é ter como meta fundamental a educação. Respeito os professores da mesma maneira que respeito os sacerdotes.

Em meu consultório oftalmológico, diuturnamente deparo com situações embaraçosas com os professores, que são vilipendiados por funcionários da SEE DF, que recebem os atestados que emito e não os aceitam, por falta da aposição da CID e outras burrices inventadas por eles.

Desde quando, senhores diretores, um funcionário da SEE DF, que nem médico é, pode recusar um atestado? Até quando, senhores diretores, a classe dos professores será ultrajada pelos burocratas da SEE DF?

Senhores diretores, um atestado não pode ser recusado, pode sim ser contestado por peritos. Quando existe boa educação, um médico da SEE DF pode solicitar um relatório ao médico assistente, com carimbo, em envelope lacrado e de acordo com as normas da boa educação aprendidas em casa e nas escolas.

Hoje, emiti um atestado com a CID de pessoa sadia acompanhando pessoa doente e, pasmem, um desqualificado da SEE DF simplesmente devolveu o atestado e disse que deveria estar escrito no atestado que o professor era acompanhante.

Detesto ter que colocar a CID em atestados médicos, explico que é proibido, mostro a legislação e as pessoas entendem, mas os professores choram pela CID e se dão por vencidos pela burocracia, pelos maus tratos a eles impostos e assinam a autorização para a revelação do segredo.

Senhores diretores, por favor, enviem uma circular para todos os professores, orientando os mesmos sobre seus direitos fundamentais, enviem também uma correspondência aos funcionários que homologam atestados e aos médicos da SEE DF, avisando que eles não estão acima da Constituição do Brasil.

Caso os senhores necessitem da legislação posso enviá-la por e-mail com satisfação, pois é doloroso ver pessoas que deveriam ser admiradas serem tratadas de forma tão grosseira. Por favor, façamos como o beija-flor que tentava apagar o incêndio com a água que transportava em seu bico ou como o menino que devolveu ao mar a estrela que ficou presa na praia.

Uma pequena atitude pode fazer toda a diferença.

Brasília DF, 28/08/2008

Mário Franco, médico oftalmologista, CRM DF 5647.

Queremos nossa escola feliz!

QUEM BATE NA ESCOLA MALTRATA MUITA GENTE.

Contratos temporários: Secretaria de Educação não aparece em audiência

Na audiência pública convocada para discutir a situação dos professores com contrato temporário, a ausência de qualquer representante da Secretaria de Educação do GDF foi demonstração perfeita da omissão do governo quanto ao problema. A secretária-adjunta, Eunice Santos, enviou uma carta justificando a ausência devido a “incompatibilidades de agenda”, informação que foi desmentida pela deputada Érika Kokay, responsável pela convocação da audiência. Segundo a deputada, o governo foi avisado com antecedência e havia confirmado a sua presença. “Talvez tenha ocorrido uma incompatibilidade de objetivos”, ironizou a deputada. Mas se o governo não compareceu, os professores, por sua vez, lotaram o plenário da Câmara, muitos sentados no chão.

Na mesa, além da deputada Érika Kokay também estiveram presentes Liz Elaine, da Promotoria de Justiça de Defesa da Educação do Ministério Público do DF, o diretor do Sinpro, Washington Dourado e o representante dos professores com contrato temporário, Arlindo Bastos.



Contratos Temporários reivindicam igualdade de tratamento

Ao longo da audiência, também fizeram uso da palavra os deputados distritais Paulo Tadeu, Doutor Charles e Reguffe, assim como os diretores do Sinpro Garibel e Fernando Reis.

O consenso é que a situação está insustentável. A promotora Liz Elaine expôs a situação de maneira cla-

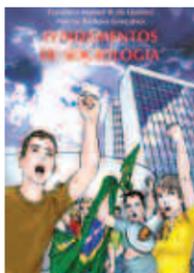
ra: “Estamos vivendo uma ilegalidade”. A própria Constituição diz que atividades permanentes e previsíveis do governo só podem ser feitas por servidores concursados. Assim, é difícil explicar contratação de cinco mil professores temporários como algo imprevisto e emergencial. Washington Dourado resumiu: “o

governo transformou em regra o que era para ser uma exceção”. A decisão do governo ao contratar temporários é uma questão econômica, já que eles recebem menos, têm poucos direitos trabalhistas e não recebem gratificações. “O governo quer economizar onde não se pode economizar, em detrimento da qualidade de ensino, com professores que ganham metade ou até um terço de seus colegas concursados”, denunciou Érika Kokay.

O governo está sofrendo forte pressão para resolver a questão e realizar concursos para a contratação de professores de maneira definitiva. O Ministério Público já se manifestou contrário à contratação de funcionários temporários para funções permanentes, e promete fiscalizar as ações do governo. O Sinpro, por sua vez, cobra o cumprimento dos acordos já firmados entre o governo e o sindicato em relação aos direitos mais básicos dos contratados, até porque eles exercem as mesmas funções do professor concursado, não têm responsabilidade sobre a forma de contratação precária e merecem mais respeito.

Fundamentos de Sociologia

Os professores de Sociologia da rede pública, Francisco Manoel e Marcos Gonçalves, insatisfeitos com a precariedade dos livros didáticos da disciplina disponíveis no mercado, decidiram arregaçar as mangas e elaborar uma obra acessível aos alunos do Ensino Médio.



Com 28 capítulos divididos em três unidades, Fundamentos de Sociologia apresenta uma linguagem direta, crítica e exemplificada com a realidade cotidiana, denso em exercícios objetivos e subjetivos, fortemente temático e interdisciplinar.

Destacam-se ainda o desenvolvimento das competências em consonância com as diretrizes exigidas pela disciplina em seu nível médio de ensino, seus conceitos sociológicos disponibilizam ao educando as ferramentas necessárias para a interpretação e os questionamentos da convivência humana em sociedade, pautando-se ainda pelo rigor científico sem cair na tentação do tecnicismo.

Para conhecer e adquirir o compêndio, contatar com os professores: Francisco (9607-4972) ou Marcos (8127 7814) ou pelos endereços eletrônicos:

francisco.manoel@zipmail.com.br
br060@hotmail.com (Marcos)
www.fundamentosdesociologia.com



Diretores do Sinpro em reunião com procurador

Sinpro e Ministério Público debatem Contratos Temporários

Continua a campanha do Sinpro para solucionar a questão dos professores com contratos temporários. Depois da audiência pública realizada no dia 3 de setembro na Câmara Legislativa, foi realizada, no dia 11, reunião com o Procurador Geral do Ministério Público do DF, Leonardo Bandarra.

O encontro tinha como objetivo discutir a situação dos contratos temporários e definir a estratégia jurídica a ser adotada pelo sindicato na defesa dos professores. A situação é complexa, porque a contratação dos professores é regulada por várias leis diferentes.

Em julho o Ministério Público moveu uma ação de inconstitucionalidade contra a lei que regulava a contratação de temporários, determinando que todas as futuras contratações devem selecionar funcionários públicos efetivos e os contratos já em andamento percam a validade. “A rigor, esse tipo de contratação não deveria existir”, disse Leonardo Bandarra a respeito dos professores temporários.

Isso deixa os professores que ainda estão trabalhando em uma espécie de vácuo legal. “Estamos sem chão”, desabafou um dos representantes dos professores. Eles podem ser despedidos a qualquer momento, com consequências drásticas para o cumprimento do ano letivo.

Para evitar que algo assim aconteça, o próximo passo é reunir o GDF, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público do DF para discutir como aplicar a lei da forma mais adequada.

Além do promotor, participaram da reunião vários representantes dos professores com contrato temporário, a deputada Érika Kokay e os diretores do Sinpro, Washington Dourado e Carlos Garibel.

Em tempo: No momento do fechamento desta edição, o governo do DF anunciou a realização de concurso para preencher 229 vagas na rede pública. Apesar de ainda insuficientes para atender a todas as carências, esse avanço é resultado direto de nossa luta.

Aluno do Guará conquista prêmio

No concurso “1º Prêmio literário/poesia em superdotação” promovido pela Secretaria de Educação do DF, realizado em junho, o aluno Almir Gomes da Silva, da Sala de Recursos Altas Habilidades do Guará/CEF 01, foi classificado em 3º lugar/DF, com a poesia “Bilhete para Mim”.

O aluno mora na Estrutural e frequenta a Sala de Recursos Altas Habilidades desde 2001, quando tinha apenas 8 anos, hoje tem 15. O seu desenvolvimento é notório! Quando começou era tão quieto que nem se percebia a sua presença em meio a outros garotos da sala que se agitavam o tempo todo. Começou com desenhos, muito bons para sua faixa etária.

No começo não os coloria, com o passar do tempo passou a colorir e os desenhos foram melhorando cada vez mais.

Com a evolução do desenho, veio também a crescer a comunicação com os colegas e também com os professores. Lia e lê muito. Surgiu a ideia de escrever um livro. Escreveu. Segundo a professora tutora, o livro é muito bom, com riqueza de detalhes. A ideia de editar seu livro lhe incentivou bastante e já tem outro livro em andamento, ambos à espera de patrocínio para publicação, assim como outros livros, de outros talentos da nossa Sala de Recursos.

Nas nossas escolas temos muitos alunos talentosos que ficam no anonimato por falta de espaço para mostrar suas habilidades. Este é o trabalho da Sala de Recursos Altas Habilidades do Guará: dar liberdade para que os alunos deixem aflorar toda a sua criatividade.

**QUEM BATE NA ESCOLA
MALTRATA MUITA GENTE.**

Queremos nossa escola feliz!



LIMINARES GARANTEM SALÁRIOS DE APOSENTADOS E READAPTADOS

Aproximadamente 50 liminares já foram concedidas a ações judiciais impetradas pelo Sinpro para garantir a não redução dos salários dos professores aposentados ou readaptados no período de 2004 para cá. Com essa decisão, ainda em

caráter liminar, os professores têm garantido os mesmos vencimentos a que teriam direito antes de o GDF fazer uma interpretação equivocada da emenda 41, da reforma da Previdência. Todos os professores sindicalizados que estão nessa situação devem procurar a **Secretaria de Saúde do Sinpro** para ingressar com a ação e garantir assim os seus direitos.

Algumas dessas ações já foram julgadas em segunda instância, o que reduz bastante a possibilidade de reversão da decisão de manter os direitos dos educadores, até porque tanto o TCU (Tribunal de Contas da União), quanto o TCDF (Tribunal de Contas do Distrito Federal) já se pronunciaram favoráveis à manutenção dos direitos dos professores.

NÃO DEIXEM QUE RETIREM SEUS DIREITOS! LUTE POR ELES!

ATENÇÃO, PROFESSORAS E PROFESSORES READAPTADOS!

A lei 769 30/06/2008, que criou o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, garante aos professores readaptados o direito à aposentadoria especial. Quem estiver em tempo de se aposentar deve requerer a aposentadoria e, caso ela seja recusada pelo GDF deve procurar a Secretaria de Saúde do Sinpro para as providências judiciais cabíveis. Confira a seguir a íntegra do artigo 22 da referida lei:

Art. 22 - O professor que comprove, exclusivamente, tempo de efetivo exercício nas funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, quando da aposentadoria prevista no art. 20, terá os requisitos de idade e de tempo de contribuição reduzidos em cinco anos.

Parágrafo único: São consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em

educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio, em seus diversos níveis e modalidades, incluídas as exercidas por professores e especialistas em educação readaptados, bem como as definidas na Lei Federal nº 11.301, de 10 de maio de 2006.

Envie sua dúvida a respeito de problemas jurídicos para o e-mail juridico@sinprodf.org.br

ATENDIMENTO JURÍDICO SOBRE QUESTÕES DE SAÚDE DA CATEGORIA EM TAGUATINGA

O Sindicato resolveu ampliar a assessoria na área de saúde do trabalhador e está atendendo também na subsede de Taguatinga. O plantão jurídico para atendimentos desses casos relacionados à saúde dos professores ocorre às quartas-feiras, entre as 10 e 14 horas.

Sinpro oferece curso de informática para aposentados

Em uma iniciativa da Secretaria de Assuntos dos Aposentados, o Sinpro passou a oferecer cursos de informática para aposentados. Foram formadas turmas no Plano Piloto e nas subsedes de Taguatinga e Gama, atendendo inicialmente a cem alunos em cinco turmas. Segundo a diretora da Secretaria, Isabel Portuguez, novas turmas serão abertas de acordo com a demanda, inclusive em Planaltina. Qualquer aposentado sindicalizado pode se inscrever gratuitamente, bastando se dirigir à sede ou a uma das subsedes do Sinpro.

Os cursos são ministrados por professores do Senai, com metodologia e didática adequada aos aposentados, e têm um total de 45 horas, com aulas de segunda a sexta nos turnos matutino ou vespertino. “Temos dois objetivos com a criação desse curso”, disse Isabel Portuguez. “O primeiro é inserir o aposentado no mundo digital. E o segundo é aproximar o aposentado da vida sindical, trazê-lo pra perto da entidade que ele mesmo criou, continuando a luta para garantia de seus direitos”. Ao longo das três semanas do curso, os alunos aprendem sobre o sistema operacional Windows, o processador de texto Word, o editor de apresentações Powerpoint e também como navegar na Internet.

Duas das turmas do programa se reúnem na sede do Sinpro no Setor de Indústrias Gráficas. Acompanha-



Aposentados recebem certificado em confraternização no Centro de Formação

mos uma das aulas, na qual 20 alunos, em sua grande maioria mulheres, registravam suas primeiras contas de correio eletrônico. Como qualquer outro usuário de computador, elas reclamaram dos longos formulários que precisavam ser preenchidos.

Mas apesar das dificuldades iniciais, todos os alunos conseguiram fazer suas contas, e aí veio a parte divertida: todos começaram a trocar entre si as receitas das comidas do lanche (quibe e a lendária receita de biscoitos caseiros da professora Neila), além das notícias mais recentes. Essa

integração entre os aposentados é outro ponto positivo do curso.

Para Elisete Silva, uma das estudantes, essa velocidade da Internet é fundamental para acompanhar as ações do Sindicato. Já Mirian Leitosa acrescentou que o curso de Informática é ótimo, e sugeriu a realização de outros cursos.

Os alunos da primeira turma receberam seus certificados no dia 27 de agosto e da segunda turma no dia 23 de setembro. Novas turmas já foram abertas.

SE VOCÊ É APOSENTADO, NÃO DEIXE DE SE INSCREVER!

Professores, publicamos a seguir uma carta e pedido de socorro de uma professora que já fez muito pelas lutas da categoria, mas que hoje se encontra em uma situação precária e pede apoio a seus colegas de profissão.

Colegas,

Faço parte desta classe à qual me dediquei e me esforcei com muito orgulho e responsabilidade. Amigos, quando estava na melhor fase de meu trabalho, disposta com toda garra e energia a vida me surpreendeu com um AVC (derrame cerebral) que me deixou com seqüelas profundas, não podendo mais retornar ao meu trabalho que tanto me dignificava e contribuía para o meu bem-estar. Fui aposentada por invalidez. Logo após este AVC, sofri uma trombose seguida de amputação de uma das pernas. Devido a todos estes problemas, minha situação financeira levou-me a uma queda brusca e insustentável. Não bastando todos esses sofrimentos físicos, fiquei viúva. Nosso Deus levou meu esposo; companheiro de 35 anos, me deixando só nessa jornada.

Minha batalha neste momento é para levantar recursos para a aquisição de uma cadeira de rodas motorizada e ajuda com terapia, transporte e outros. Para tanto, estou aceitando doações mediante depósito no BRB, conta corrente nº 011015496-7 e Pouplex Banco do Brasil Agência 0826-5, conta 29457-8 variação 9.

Para ajudar a melhorar a minha auto-estima e independência, conto com a ajuda de meus colegas generosos de coração, me proporcionando assim viver as coisas boas que a vida nos oferece. Aos bons de coração e sensíveis à situação, espero ansiosa por sua ajuda.

Desde já agradeço e peço a Deus que lhes abençoe e lhes recompense por tudo.

Maria Angélica de Andrade
Falcão - Tel: 9967-9866

ATENÇÃO, PROFESSORES QUE ESTÃO PARA SE APOSENTAR!

O Sinpro convoca todos os professores que estão em processo de aposentadoria ou que vão se aposentar brevemente, para uma reunião no próximo dia 7 de outubro, às 16h, na sede do Sinpro para que possamos prestar uma série de esclarecimentos sobre nossa aposentadoria. O departamento jurídico estará presente para elucidar vários pontos que têm causado dúvidas aos professores. Compareçam!

Queremos nossa escola feliz!

QUEM BATE NA ESCOLA MALTRATA MUITA GENTE.

III Encontro de Mulheres: momento de festa, debate e luta

Nos dias 12 e 13 de setembro, o auditório da Contag foi das mulheres. O motivo: a realização do III Encontro das Mulheres Educadoras, uma parceria entre Sinpro e SAE. O tema: Educar para a Igualdade e Valorização das Mulheres Educadoras. Uma mistura de festa, debate e luta. Uma creche com brinquedoteca estava disponível para cuidar das crianças e garantir às mães a tranquilidade necessária para que elas pudessem debater os temas propostos.

Quem chegava ao terreno da Contag no Núcleo Bandeirante notava primeiro a decoração das mesas e camisas das participantes, tudo em lilás, a cor que simboliza a luta das mulheres. E seria um debate e tanto, como antecipou uma das convidadas, Arlete Sampaio: "É um momento oportuno para discutirmos, com tantos temas referentes à mulher sendo evidenciados, como a questão do aborto dos anencéfalos sendo julgada no STF". Para Arlete, um encontro como esse pode definir as pautas dos sindicatos e dizer o que eles devem exigir do governo.

A coordenadora da Secretaria de Assuntos para a Mulher Educadora do Sinpro, Eliceuda França, deu ainda outro motivo para um encontro: "o avanço das lutas só se dá olho no olho, quando você pode ver uma companheira e saber que ela está conosco". Para ela, é preciso ampliar o debate sobre a questão de gênero e igualdade em todos os espaços da escola e da sociedade, evitando o machismo e a educação sexista, que sutilmente se infiltra nos livros didáticos e em toda a dinâmica que envolve a escola.

A presidente da CUT DF, Rejane Pitanga, disse que a equidade de gênero está no centro da luta da CUT, tanto no espaço da militância sindical, com programas que promovam a representação equilibrada em todas as instâncias, quanto nas rela-



As mulheres educadoras marcaram presença no Congresso e participaram das mesas de debates

ções sociais, afetivas e de trabalho.

Estiveram presentes ainda a representante da Marcha Mundial das Mulheres, Isabel Freitas, a deputada distrital Érika Kokay, a representante da Secretaria de Políticas para as

mulheres, Márcia Leporace, do Fórum de Mulheres Negras do DF, Jacira Silva e a coordenadora de Imprensa do SAE, Rita Torres.

Para todas as participantes, a educação é uma área privilegiada na luta contra a desigualdade, uma oportunidade de ensinar o respeito e a tolerância desde cedo. E como diz o lema da Marcha Mundial das Mulheres: "Mudar o mundo para mudar a vida das mulheres, mudar a vida das mulheres para mudar o mundo".

O debate realizado vem ao encontro da meta defendida pela CUT de garantir uma cota mínima de 30% de representação de mulheres nos espaços sindicais, campanha cujo mote é Igualdade é o Máximo, Cota

é o Mínimo!

Surpreendeu o aprofundamento dos debates que trataram da mulher no mundo do trabalho, equidade de gênero na escola e no movimento sindical, os direitos sexuais e reprodutivos e a descriminalização do aborto, e a feminilização da Aids.

Ao final do encontro, as educadoras aprovaram uma série de resoluções, que brevemente divulgaremos em sua íntegra no próximo jornal Sinpro Mulher. Entre elas podemos citar a defesa da paridade de gênero em todas as instâncias sindicais e a exigência de que em todas as atividades sindicais esteja disponível uma infra-estrutura para crianças e adolescentes.

PERMUTAS

Nome: Rosemeire Teixeira

Disciplina: Artes Plásticas (1º e 2º Graus/40 h)

Escola: CEF 18 P Sul

Permuta para: Ceilândia ou Taguatinga

Telefone para contato: 8558.4997

Nome: Valeska C Wanderley

Disciplina: Educação Física
Escola: CEF do Bosque - São Sebastião

Permuta para: P./Cruz./Cand./Guará

Telefone para contato: 3242.1376/9659.2611

Abertas inscrições para prêmio de direitos humanos

O Ministério da Educação e a Secretaria Especial em Direitos Humanos se uniram para instituir o Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos 2008. O objetivo é identificar, reconhecer e estimular experiências educacionais que promovam a cultura dos direitos humanos no país, desenvolvidas por instituições públicas e privadas de Educação Básica, e Superior, e se-

cretarias estaduais e municipais de educação. Se a sua escola desenvolve alguma experiência nesse sentido, entre no site www.educacaoemdireitoshumanos.org.br e saiba como inscrevê-la. São mais de R\$ 100 mil em prêmios. As inscrições estão abertas e vão até o dia 6 de outubro.

QUEM BATE NA ESCOLA MALTRATA MUITA GENTE.

Queremos nossa escola feliz!